

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DEFINIÇÕES.....	19
2.1 Ética.....	19
2.2 Conflito de interesses	19
2.3 Serviço público	22
2.4 Funcionário público.....	22
3 A ÉTICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	27
3.1 Princípio da legalidade	27
3.2 Princípio da impessoalidade	30
3.3 Princípio da moralidade	31
3.4 Princípio da publicidade	34
3.5 Princípio da eficiência.....	34
3.6 Outras normas constitucionais que veiculam valores éticos	35
3.6.1 Ação popular para anular ato lesivo à moralidade administrativa.....	36
3.6.2 Casos de inelegibilidade para evitar influência do poder econômico ou abuso do cargo público	38
3.6.3 Sistema de mérito para provimento de cargos públicos	38
3.6.4 Restrição à livre nomeação para cargos em comissão.....	39
3.6.5 Vedação de acumular cargos públicos	41
3.6.6 Aumentos remuneratórios vinculados a prévia dotação orçamentária.....	42
3.6.7 Limite máximo de remuneração (teto remuneratório)	43
3.6.8 Restrições a parlamentares para exercer cargos e firmar contratos	43



4 CONFLITO DE INTERESSES	45
4.1 Atos normativos e assuntos regulados.....	45
4.1.1 Código de Conduta da Alta Administração Federal.....	45
4.1.1.1 Situação patrimonial que possa gerar conflito de interesses	45
4.1.1.2 Participação societária em empresa privada	46
4.1.1.3 Atividade paralela à do serviço público	47
4.1.1.4 Proposta de trabalho ou de negócio futuro.....	47
4.1.1.5 Atividades após deixar o cargo público	48
4.1.1.6 Participação em congressos, seminários e outros eventos...	48
4.1.1.7 Recebimento de presentes.....	49
4.1.2 Código de Conduta Ética da Presidência e Vice-Presidência da República.....	49
4.1.2.1 Gestão de bens	50
4.1.2.2 Participação societária em empresa privada	51
4.1.2.3 Tráfico de influência.....	51
4.1.2.4 Atividade paralela à do serviço público	52
4.1.2.5 Proposta de trabalho ou de negócio futuro.....	53
4.1.2.6 Atividades após deixar o cargo público.....	54
4.1.2.7 Participação em congressos e eventos semelhantes	54
4.1.2.8 Presentes, benefícios e hospitalidades	55
4.1.2.9 Influência dos <i>lobbies</i>	56
4.1.3 Código de Ética do Servidor Civil do Poder Executivo Federal	57
4.1.3.1 Tráfico de influência.....	58
4.1.3.2 Recebimento de vantagem indevida	58
4.1.3.3 Uso de informação privilegiada.....	58
4.1.4 Lei da Improbidade Administrativa	59
4.1.4.1 Recebimento de vantagem econômica indevida	59
4.1.4.2 Recebimento de hospitalidade e outras vantagens	60
4.1.4.3 Atividade paralela à do serviço público	60
4.1.4.4 Tráfico de influência.....	61
4.1.4.5 Uso de informação privilegiada.....	62

4.1.5 Código Penal brasileiro – crimes contra a Administração Pública.....	62
4.1.5.1 Corrupção passiva.....	63
4.1.5.2 Concussão.....	64
4.1.5.3 Corrupção ativa em transação comercial internacional.....	64
4.1.5.4 Tráfico de influência.....	66
4.1.5.5 Tráfico de influência em transação comercial internacional.....	66
4.1.5.6 Advocacia administrativa.....	67
4.1.6 Lei de Licitações e Contratos na Administração Pública.....	67
4.1.6.1 Fornecimento de bens e serviços.....	67
4.1.6.2 Patrocínio de interesse privado (tráfico de influência).....	67
4.1.7 Estatuto do Funcionário Público Federal (Lei nº 8.112/1990).....	68
4.1.7.1 Gerência ou administração de empresa privada.....	68
4.1.7.2 Representação de interesses privados.....	69
4.1.7.3 Recebimento de vantagem de qualquer espécie.....	69
4.1.8 Leis das agências reguladoras (Lei nº 9.986/2000 e Lei nº 10.871/2004).....	70
4.1.8.1 Atividade paralela.....	70
4.1.8.2 Relacionamento com o setor regulado.....	71
4.1.8.3 Direção político-partidária.....	71
4.1.8.4 Atividades após deixar o cargo.....	71
4.1.9 Lei das Sociedades Anônimas.....	72
4.1.9.1 Contratos com a companhia.....	72
4.1.9.2 Empréstimo de recursos da companhia.....	72
4.1.9.3 Uso de bens da companhia.....	73
4.1.9.4 Recebimento de vantagens de terceiros.....	73
4.2 Conflitos de interesses potenciais que demandam regulamentação.....	73
4.2.1 Relacionamentos familiares.....	74
4.2.2 Relacionamentos pessoais.....	75

4.2.3 Dívidas.....	76
4.2.4 Partidos políticos.....	77
4.2.5 Relacionamento com sindicatos.....	78
4.2.6 Posição em ONGs e outras organizações voluntárias.....	78
4.3 Mecanismos para prevenir ou evitar conflito de interesses.....	79
4.3.1 Declaração de bens e interesses.....	80
4.3.1.1 Histórico.....	80
4.3.1.2 Sindicância Patrimonial.....	82
4.3.1.3 Declaração Confidencial de Informações.....	83
4.3.2 Quarentena.....	85
4.3.3 Proibição de exercer atividade profissional no setor privado.....	87
4.3.4 Proposta de trabalho ou de negócio futuro.....	88
4.3.5 Proibição de contratar com o poder público.....	89
4.3.6 Proibição de celebrar convênio com entidade dirigida por servidor vinculado.....	89
5 ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA.....	91
6 O CÓDIGO PENAL E A QUESTÃO DA ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	97
7 O CÓDIGO DE CONDUTA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO.....	103
7.1 Instituição e finalidade.....	103
7.2 Agentes públicos alcançados.....	103
7.3 Eficácia.....	104
7.4 Principais assuntos regulados.....	104
7.5 Instrumentos de controle.....	105
8 O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL.....	107
8.1 Instituição e finalidade.....	107
8.2 Destinatários.....	107

8.3 Valores	108
8.4 Deveres fundamentais	111
8.5 Condutas vedadas	113
8.6 As Comissões de Ética.....	116
8.7 Do processo de apuração de infrações éticas	119
8.8 Sujeitos da investigação	121
8.9 Quadro comparativo das infrações éticas com as infrações disciplinares da Lei nº 8.112/1990.....	122
9 A ÉTICA NAS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	129
9.1 Considerações gerais	129
9.2 Regras destinadas a evitar conflito de interesses	130
9.2.1 Atividade paralela	130
9.2.2 Relacionamento com o setor regulado	130
9.2.3 Direção político-partidária	130
9.2.4 Atividades após deixar o cargo.....	131
10 A ÉTICA NAS EMPRESAS ESTATAIS	133
10.1 Considerações gerais	133
10.2 Princípios constitucionais aplicáveis às empresas estatais.....	135
10.3 A questão da proibidade administrativa nas empresas estatais.....	137
10.4 Crimes contra a Administração Pública nas empresas estatais.....	138
10.5 Regime jurídico disciplinar dos empregados das empresas estatais....	139
10.6 O conflito de interesses no âmbito das empresas estatais.....	141
10.7 Código de Conduta da Alta Administração Federal no âmbito das empresas estatais	142
10.8 O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal no âmbito das empresas estatais	142
10.9 Códigos de Ética próprios	143
10.10 A Lei Sarbanes-Oxley	143
11 GESTÃO DA ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	147
11.1 Princípios para gestão da ética	148

11.2 Medidas necessárias à efetivação da ética.....	149
11.3 Valores fundamentais no serviço público.....	150
11.3.1 Imparcialidade.....	150
11.3.2 Legalidade.....	152
11.3.3 Integridade.....	152
11.3.4 Eficiência.....	153
11.3.5 Transparência.....	153
11.3.6 Responsabilidade.....	154
11.3.7 Igualdade.....	155
11.3.8 Justiça.....	156
11.4 Instituições responsáveis pela gestão da ética.....	157
11.5 Proteção aos envolvidos.....	161
11.5.1 Considerações gerais.....	161
11.5.2 Proteção ao denunciante.....	161
11.5.3 Proteção ao denunciado.....	163
11.5.4 Proteção aos membros das comissões de ética.....	165
11.6 Respeito ao cidadão.....	166
12 A MORALIDADE ADMINISTRATIVA E AS CONDUTAS AINDA ACEITAS COMO “NORMAIS”.....	171
12.1 Criação de veículos oficiais de comunicação.....	171
12.2 Gasto de dinheiro público com condecorações.....	172
12.3 Envio de mensagens pessoais pagas com recursos públicos.....	172
APÊNDICE.....	175
REFERÊNCIAS.....	177